

Relatório - 38

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

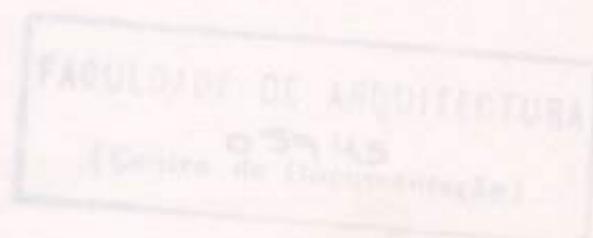
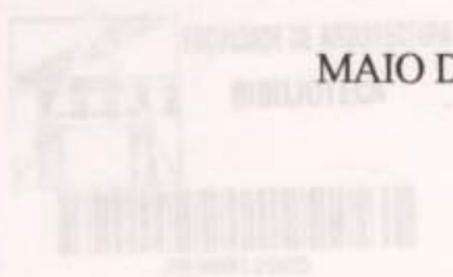
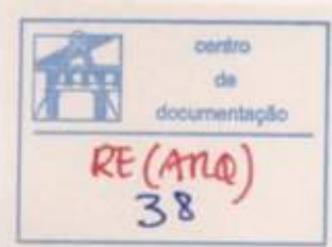
Realizado na Câmara Municipal de Oeiras

Trabalho de fim de curso por:

LUIS MANUEL VEIGA FERREIRA

LISBOA

MAIO DE 1998





Declaro para os devidos efeitos, que fui supervisor de todos os trabalhos e acções de carácter curricular que Luis Manuel Veiga Ferreira efectuou no gabinete desta autarquia no período compreendido entre os finais de Outubro e Abril, tendo colaborado de uma forma activa, dinâmica e empenhada, nos diversos desafios propostos.

Integrando uma equipa multi-disciplinar, acompanhei de uma forma próxima o pessoal de trabalhos realizados em campo, nomeadamente no que se refere ao apoio técnico de obras de equipamento em curso, elaboração de Planos de Pormenor e projecto, iniciando o seu estágio de 6 meses no entendimento e participação na estrutura funcional da Câmara Municipal de Coimbra, em particular na análise de um gabinete de projecto (Gabinete de Projectos Especiais), e participação num dos três sectores principais deste gabinete:

- Ordenamento, Gestão, Acompanhamento e Requalificação Urbana de Áreas Urbanas de Génese Legal (A.U.G.) do bairro - Casal da Choca.

O Director do
Gabinete de Projectos Especiais

Pedro Gentil Carrilho - Arq^o

Coimbra, 20 de Abril de 1992



FACULDADE DE ARQUITECTURA
BIBLIOTECA



0990012005

FACULDADE DE ARQUITECTURA
05945
(Centro de Documentação)



Índice

Introdução

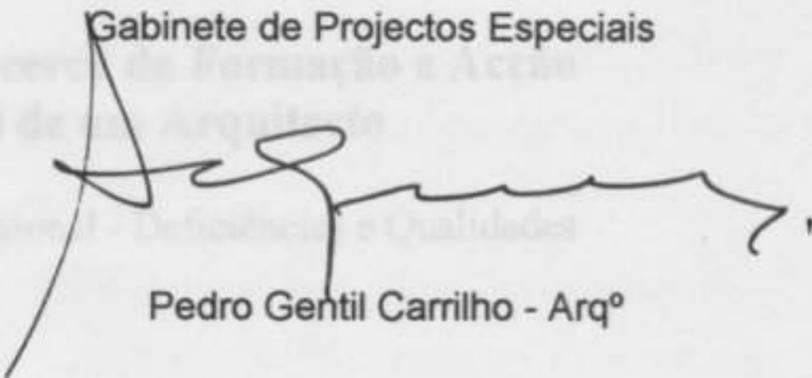
Declaro para os devidos efeitos, que fui supervisor de todos os trabalhos e acções do estágio curricular que Luis Manuel Veiga Ferreira efectuou no gabinete desta autarquia no periodo compreendido entre os finais de Outubro e Abril, tendo colaborado de uma forma activa, dinâmica e empenhada, nos diversos desafios propostos.

Integrando uma equipe multi-disciplinar, acompanhou de uma forma proxima e pessoal os trabalhos realizados em campo, nomeadamente no que se refere ao apoio técnico de obras de equipamento em curso, elaboração de Planos de Pormenor e projecto, incidindo o seu estágio de 6 meses no entendimento e participação na estrutura funcional da Câmara Municipal de Oeiras, em particular, na análise de um gabinete de projecto (Gabinete de Projectos Especiais), e participação num dos três sectores principais deste gabinete:

-Ordenamento, Gestão, Acompanhamento e Requalificação Urbana de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (A.U.G.I.) do bairro - Casal da Choca.

O Director do
Gabinete de Projectos Especiais

Oeiras, 20 de Abril de 1998


Pedro Gentil Carrilho - Arqº

OEIRAS
JUNTE-MAIS
A RENA

Índice

Introdução

Capítulo 1 - Câmara Municipal de Oeiras / Gabinete de Projectos Especiais

- 1.1. - Estrutura Geral da Câmara Municipal de Oeiras
- 1.2. - Estrutura Coordenação e Gestão Global do Gabinete de Projectos Especiais
 - 1.2.1. - Sector dos Centros Históricos
 - 1.2.2. - Sector de Equipamento

Capítulo 2 - Reflexo de uma experiência pessoal num Gabinete Técnico Local no Sector de Ordenamento

- 2.1. - Gabinetes Técnicos Locais

Capítulo 3 - A Acção do Arquitecto num Gabinete de Projecto

- 3.1. - Existência de um Gabinete de Projecto numa Autarquia
- 3.2. - Acção de um Arquitecto num Gabinete de Projectos Especiais
 - 3.2.1. - Coordenação de Projecto e Obra
 - 3.2.2. - Parecer Técnico e Acção Didáctica/Pedagógica
- 3.3. - Acção de um Arquitecto numa Autarquia

Capítulo 4 - Reflexões Acerca da Formação e Acção Profissional de um Arquitecto

- 4.1. - Acção Profissional - Deficiências e Qualidades

Conclusões

Agradecimentos

Introdução

O presente trabalho pretende ser o relatório dos primeiros cinco meses de actividade profissional numa situação de pós-percurso académico que completa o plano curricular para a Licenciatura em Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa.

O Plano de Estágios desta Universidade, tem como objectivo, que o aluno, ao efectuar esse trabalho, dê testemunho da aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos na Universidade, possibilitando a adaptação ao mundo profissional, e sem duvida a novas realidades, de uma forma faseada e gradual. Permitindo ainda, nesse periodo, explorar de uma forma livre campos onde no rigor do exercício da profissão essa acção seria dificultada.

Como tal, é pretendido aqui, dar esse mesmo testemunho, através do relato e mostragem de alguns dos mais significativos trabalhos e acções e conceitos apreendidos por mim nos últimos cinco meses de actividade profissional.

A maioria desses trabalhos, enquadra-se na actividade no Sector de Ordenamento do Gabinete de Projectos Especiais (G.P.E.) da Câmara Municipal de Oeiras (C.M.O.). Desta forma, torna-se importante, para este Relatório de Estágio, a análise deste gabinete de projecto e a sua respectiva avaliação relativa à importância e peso que poderá exercer na Autarquia e no Concelho.

Por outro lado, é também pretendido abrir a discussão em relação a alguns assuntos que me têm surgido como sendo de carácter fundamental para a minha formação como Arquitecto.

Esses assuntos, algo dispares, variam desde a base da formação académica, passando pela própria posição e importância do Arquitecto na sociedade, não só pelo seu contributo pessoal mas também pela sua representatividade

associativa, ou mesmo pela necessária responsabilidade didática e pedagógica que o Arquitecto deverá assumir.

Deste modo, começo por enquadrar a minha posição profissional relativamente à Câmara Municipal de Oeiras, em geral, e ao Gabinete de Projectos Especiais/Sector de Ordenamento, em particular. Em seguida descrevo os variados campos de acção de um Arquitecto num gabinete de projecto de uma autarquia, aprofundando também um pouco a discussão em torno da própria existência de um gabinete desse tipo, o seu funcionamento, objectivos, pecados e virtudes.

No Capítulo 2; de grande importância no contexto da realização de um trabalho prático no âmbito do estágio; é explicado a recuperação e requalificação urbana, arquitectónica e social de uma Area Urbana de Génese Ilegal (A.U.G.I. - do bairro do Casal da Choca).

No Capítulo 3 inicio uma reflexão acerca da formação e acção profissional da Arquitecto, focando o papel das Universidades na sua formação, as principais deficiências e qualidades, por mim sentidas, e a importância do Arquitecto relativamente à sociedade de um modo geral.

Por fim tiram-se as conclusões que se revelem possíveis, tentando apresentar ainda algumas sugestões que possam contribuir de uma forma positiva para a qualificação da classe e ensino da Arquitectura.

Capítulo 1 - Câmara Municipal de Oeiras / Gabinete de Projectos Especiais

1.1. - Estrutura Geral da Câmara Municipal de Oeiras

A Câmara Municipal de Oeiras apresenta uma Estrutura Funcional Piramidal, estratificada em níveis hierárquicos, estando os Organismos Executivos divididos em: Gabinetes de Apoio ao Presidente; Departamentos; Repartições; Serviços, Secções ou Sectores.

A Sessão de Câmara reúne ordinariamente o Executivo Camarário (Presidente e Vereadores) uma vez por semana, sendo a última Sessão de cada mês aberta aos munícipes, estando, no entanto, sujeito às deliberações da Assembleia Municipal que se define como sendo o Órgão Deliberativo e Legislativo Máximo da Estrutura Camarária.

De acordo com a referida estrutura funcional da Câmara, são estabelecidos os pelouros de cada Vereador, os quais podem corresponder aos vários departamentos funcionais, geralmente relacionados entre si. Pode-se dar o caso de existir um ou mais Vereadores sem pelouros, contribuindo, exclusivamente, com a sua participação nas Sessões de Câmara através de pareceres (veja-se o organigrama apresentado na pag.5).

É comum, ainda, o Presidente chamar a si alguns pelouros que pela sua importância estratégica caressam de atenções especiais.

Nas autarquias, de um modo geral, a atribuição dos lugares de vereação e mesmo de chefia de departamentos, são feitos tendo em conta critérios de filiação partidária ou simpatia política, eventualmente para cumprir promessas de campanha. Neste quadro, poderão existir chefias sem formação técnica adequada, pouco sensibilizadas para determinados temas ou problemas. Surge então o critério de selecção e o bom senso do Presidente da Câmara na atribuição dos cargos, por forma a se conseguir uma equipa política na ideologia e técnica nas decisões.

1.2. - Estrutura Coordenação e Gestão Global do Gabinete de Projectos Especiais

De acordo com o aprovado pela C.M.O., o Gabinete de Projectos Especiais define-se desta Forma: “Integrado nos serviços de assessoria e coordenação, criados no âmbito do Regulamento Orgânico, aprovado em 1991, compete ao Gabinete Projectos Especiais (G.P.E.), proceder à informação directa sobre processos cuja iniciativa e execução não decorram pelos departamentos; nomeadamente proceder à programação, planeamento e execução de algumas actuações cuja importância estratégica aconselha um acompanhamento particular”.

O G.P.E., por ser um gabinete de apoio à presidência, não está sujeito a nenhuma vereação, interagindo com alguns pelouros de alguns vereadores, nomeadamente no ordenamento dos bairros clandestinos, e na recuperação e revitalização dos centros históricos. Desta forma, o Gabinete divide a sua actuação por três sectores distintos: O Sector de Ordenamento, o Sector dos Centros Históricos e o Sector de Projectos de Equipamento e, paralelamente, existem ainda os Gabinetes Técnicos Locais.

A acção do gabinete, relativamente ao seu funcionamento, baseia-se a partir de duas estruturas que se cruzam: uma estrutura funcional, em que são definidos os sectores e logo as áreas funcionais de actuação; e uma estrutura de projecto, em que são estabelecidas equipas interdisciplinares de projecto de acordo com o objecto de estudo.

A estrutura funcional do G.P.E. é exercida de uma forma horizontal, estando os vários sectores em níveis semelhantes e interagindo com uma certa autonomia na coordenação e execução das acções e dos varios técnicos, sempre acompanhada por uma supervisão do Chefe de Gabinete¹.

¹ Arquitecto Pedro Gentil Carrilho

A coordenação dos trabalhos é feita com base no plano de actividades anual, defenido pela câmara, e propostos pelos vários sectores. Cada sector, propõe, por volta de setembro, que será aprovado em sessão de Câmara. A partir desse plano de actividades define-se um calendário de trabalho onde se estabelecem os prazos para a elaboração das várias fases do projecto, desde os estudos prévios até aos projectos de execução e por vezes até mesmo à execução da obra.

Com o estabelecimento destes calendários de projecto fica também estabelecida a equipa interdisciplinar que irá desenvolver os trabalhos, integrando, regra geral, no sector de equipamento; um Arquitecto, um Engenheiro Civil, um Engenheiro Mecânico, um Engenheiro Electrotécnico, um Arquitecto Paisagista, um Medidor Orçamentista e um Desenhador; e no âmbito de outros sectores (Ordenamento e Centros Históricos), a equipa técnica estende-se ao; Geógrafo, sociólogo, Jurista e Economista/Gestor.

Para cada projecto define-se um coordenador dos trabalhos, que acompanha o andamento do processo pelas vias burocráticas, estabelece o contacto regular com as especialidades, certifica-se que os prazos dos trabalhos são cumpridos, enfim, o responsável pela acção a quem o chefe do gabinete irá pedir contas. Normalmente o coordenador das acções de projecto é o próprio Arquitecto que desenvolve a proposta de Arquitectura.

Regularmente, de acordo com o calendário definido, são organizados reuniões de projecto, estando presentes todas as especialidades, o coordenador da acção e o chefe do gabinete, para se estabelecer pontos de situação e definir prazos de actuação.

Relativamente às relações profissionais dentro do gabinete, de um modo geral, o relacionamento é feito informalmente, tratando-se com os funcionários de cada sector directamente, sem ter que recorrer forçosamente à deliberação do chefe de gabinete. Porém todas as relações existentes no gabinete deverão ser acompanhadas pelo seu chefe, e a sua deliberação deverá ser solicitada quando fôr levantado qualquer assunto que diga

respeito ao gabinete, nas suas relações interiores ou exteriores. Estes procedimentos permitem o diálogo e a troca de informação e serviços entre vários técnicos do gabinete, responsabilizando-os, pela deliberação superior, quando os assuntos assumem maior importância.

1.2.1. - Sector dos Centros Históricos (S.C.H.)

Compete ao Sector dos Centros Históricos do G.P.E. promover, em colaboração com os respectivos serviços camarários, todas as acções necessárias à recuperação e revitalização das áreas delimitadas na âmbito do “Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas” (P.R.A.U.D.) e do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras.

O S.C.H. pretende-se ainda, continuar com o acompanhamento, promoção e participação, em obras nos Centros Históricos ao abrigo do RECRIA (Regime Especial de Participação para a Recuperação de Imóveis Arrendados) e Programa de Reabilitação dos Centros Históricos.

As participações existentes, para os encargos das obras de conservação ou restauro nos centros históricos, são atribuídas através: do Programa de Reabilitação dos Centros Históricos, que é um programa camarário que participa até 30%, a fundo perdido, do valor da obra das partes exteriores dos edifícios, e do Programa RECRIA que participa até 65%, a fundo perdido, do valor total da obra, incluindo também projectos de beneficiação.

Já construídos podemos referir os projectos para o Largo da Lota (Praça Guilherme Gomes Fernandes), a Rua dos Fornos da Cal, os Fornos da Cal em Paço de Arcos e a galeria Vernay, o Auditório Municipal, as esplanadas das Rua Febus Moniz e rua 7 de Junho, em Oeiras.

Capítulo 2 - 1.2.2. - Sector de Projectos Especiais
Gabinete Técnico Local no Sector de
Ordens e Obras

Compete ao Sector de Projectos e Equipamento do G.P.E., desenvolver ou acompanhar os projectos de obras que pela sua importância e especificidade ou urgência devem ser acompanhados directamente pela Câmara e pelo seu Presidente. A este Sector compete ainda planear e coordenar os financiamentos necessários à concretização das obras.

No âmbito do Programa de Desporto Escolar 2000, este sector acompanha, já praticamente concluídos, a obra de 4 pavilhões desportivos em escolas deste Concelho (Outurela/Portela, Algés, Porto Salvo, Caxias).

Paralelamente este ano acompanhou, ou irá ainda acompanhar, as obras relativas: ao Jardim da Praça do Ultramar, em Oeiras; às Infraestruturas do Bairro do Marchante, em Caxias; ao Auditório Municipal, antigo Cine-Teatro de Oeiras; ao Posto de Observação Militar do Alto do Puxa Feixe; à sede do Grupo Recreativo de Tercena; ao Pavilhão e Sede da S.I.M.E.C., em Pedrouços.

	Área Total	Área Total Comercial	Nº de Habitações	Nº de Trat.	Nº de Lote	Coste Cobertura	Limite de Cobertura	Limite de Habitação
	220	82	1246	227	220	229	122	14
	22.3	3.7	286	39	92	47	16	18
	74.9	23.8	1092	208	241	226	78	46
	39.2	6.5	1528	309	276	113	10	18
	22.8	7.4	186	43	48	49	0	0
	25.5	2.6	25	18	41	18	0	0
	49.4	4.8	126	43	—	46	—	—
	14.4	3.3	88	30	—	27	—	—
	20.0	7.5	99	28	—	14	—	—
TOTAL	207	77	4324	1054	972	746	226	88

Da totalidade das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, as referidas no quadro, apresentam a possibilidade de recuperação, enquanto que, para as outras se

Capítulo 2 - Reflexo de uma experiência pessoal num Gabinete Técnico Local no Sector de Ordenamento

Compete ao Sector de Ordenamento do G.P.E.; no qual a minha actividade como estagiário teve maior exercício; promover, em colaboração com os respectivos serviços camarários, todo o processo de gestão e acompanhamento de todas as acções em curso inerentes à recuperação de zonas clandestinas, definidas conforme dec.-lei 91/95 de 2 de Setembro por Áreas Urbanas de Génese Ilegal (A.U.G.I.).

Das cerca de 40 A.U.G.I. existentes no concelho julga-se ser possível a recuperação e legalização de 9, que estão a cargo do G.P.E., cujo ordenamento urbanístico tem vindo a ser planeado. Estas A.U.G.I. são os bairros: Casal da Choca; Pedreira Italiana; Leião; Ribeira da Lage; Marchante; Outeiro; Calçada do Moinho; Leceia; e Valejas.

O ponto de situação, relativamente aos aspectos urbanísticos destes 9 bairros, pode ser traduzido através do quadro seguinte:

	Área (Ha) Total	Área (Ha) Consolidada	Nº de Habitantes	Nº de Fogos	Nº de Lotes	Com Construção	Licença de Construção	Licença de Habitação
	28.0	8.8	1.246	227	239	229	122	14
	22.2	3.9	286	59	92	47	16	16
	74.0	32.0	1.053	280	281	226	78	40
	48.0	6.0	1.049	308	276	113	10	10
	22.0	3.7	180	45	48	40	0	0
	46.0	7.0	30	10	41	10	0	0
	45.0	8.0	150	45	---	40	---	---
	14.0	3.0	80	30	---	27	---	---
	20.0	7.0	60	20	---	14	---	---
TOTAIS:	319	79	4.134	1.024	977	746	226	80

Da totalidade das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, as referidas no quadro, apresentam a possibilidade de recuperação, enquanto que, para as outras se

prevê um realojamento da totalidade da população, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (P.E.R.) ou Contractos de desenvolvimento Habitacional (C.D.H.), integrando-a em bairros de habitação social. Desta forma, as áreas definidas como relacionadas com os bairros clandestinos a cargo do gabinete (os 9 referidos), vão ver expandida a sua área urbana pela construção de bairros sociais, como se ilustra no quadro seguinte:

	População Actual	População Expectante (*)	Nº de Fogos	População PER	Nº de Fogos	População Total (*)
Póvoas de Santa Rita	1.246	300	94	300	94	1.546
Alameda	286	1.000	313	615	192	1.286
Casal da Choca	1.053	3.600	1.125	630	197	4.653
Ribeira de São João	1.049	1.500	469	950	297	2.549
Alameda	180	20	6	540	169	200
Alameda	30	1.300	406	0	0	1.330
Calçada de Moscova	150	1.500	469	0	0	1.650
Alameda	80	500	156	0	0	580
Val da Moura	60	1.000	313	0	0	1.060
TOTAIS:	4.134	10.720	3.350	3.035	948	14.854

(*) - Capacidade Máxima

O Gabinete de Projectos Especiais está particularmente sensibilizado para estas questões, uma vez que os problemas relacionados com a integração e reabilitação dos bairros clandestinos acompanha o gabinete desde o seu início, estando mesmo ligado à sua origem.

No que se refere ao Bairro do Casal da Choca, do qual incidiu mais concretamente o meu estágio, a sua origem não é muito diferente das restantes A.U.G.I. do concelho de Oeiras, e numa área mais vasta, do país.

O Bairro situa-se na Freguesia de Porto Salvo, e é o maior núcleo ilegal do concelho de Oeiras (localização na planta em anexo à escala 1/25000).

Os seus limites são profundamente demarcados pelas condicionantes físicas locais, tais como: o traçado da futura via longitudinal norte a Norte, a linha de água a Sul e Nascente, e a Ribeira das Parreiras a Poente, onde faz limite com o concelho de Cascais.



O Casal da Choca ocupa uma área total de 77ha, onde apenas, 32ha são área consolidada (ocupada pelo núcleo ilegal) o que se traduz numa grande extensão com uma densidade reduzida.

O Bairro possui duas pequenas áreas de solos agrícolas classe "A", uma junto ao limite do concelho e sem ocupação construtiva e a outra a nascente, parcialmente ocupada com construções, a restante área é coberta por estrutura verde e algum solo agrícola.

A origem do fenómeno clandestino, inicia-se nos anos 40 e 50. São constituídos na sua maioria, por uma população rural que se dirige para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida.

O seu processo de formação tem origem num loteamento ilegal. Áreas destinadas à agricultura são divididas e vendidas, tendo em vista a construção. Os loteadores promovem a venda destes terrenos rústicos com a dimensão da área mínima de cultura, para assim fazerem os respectivos contractos de compra e venda e o seu registo em avos indivisos. Conseguindo vender estes terrenos a um preço inferior ao praticado no mercado legal, já que não incluem qualquer encargo de urbanização e construção de equipamento e estrutura verde de apoio.

Esta divisão, além de provocar uma alteração da estrutura fundiária (o loteamento altera o estatuto do solo, sua divisão e estrutura social da propriedade) modifica toda a estrutura da periferia urbana.

Este fenómeno (êxodo rural), teve dois grandes momentos: um nos anos 50 e outro nos anos 70, que coincidiram com uma maior expansão económica e se reflectiram no aparecimento e desenvolvimento deste bairro.

Na verdade, os centros urbanos não tinham capacidade para acolher tantos residentes, que acabam por ser “encaminhados” para as periferias. Observando o caso da A.M.L.², podemos ter uma percepção da dimensão desta deslocação: Entre 1920 e 1981, instalam-se na A.M.L., cerca de 1.700.000 novos residentes, dos quais, aproximadamente 320.000 em Lisboa e cerca de 1.380.000 na periferia.

No caso específico do bairro do Casal da Choca, a sua evolução e desenvolvimento está explícita nas plantas seguintes:

² A A.M.L. compreende a Grande Lisboa Norte, constituída pelos concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira; e a Grande Lisboa Sul, constituída pelos concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.



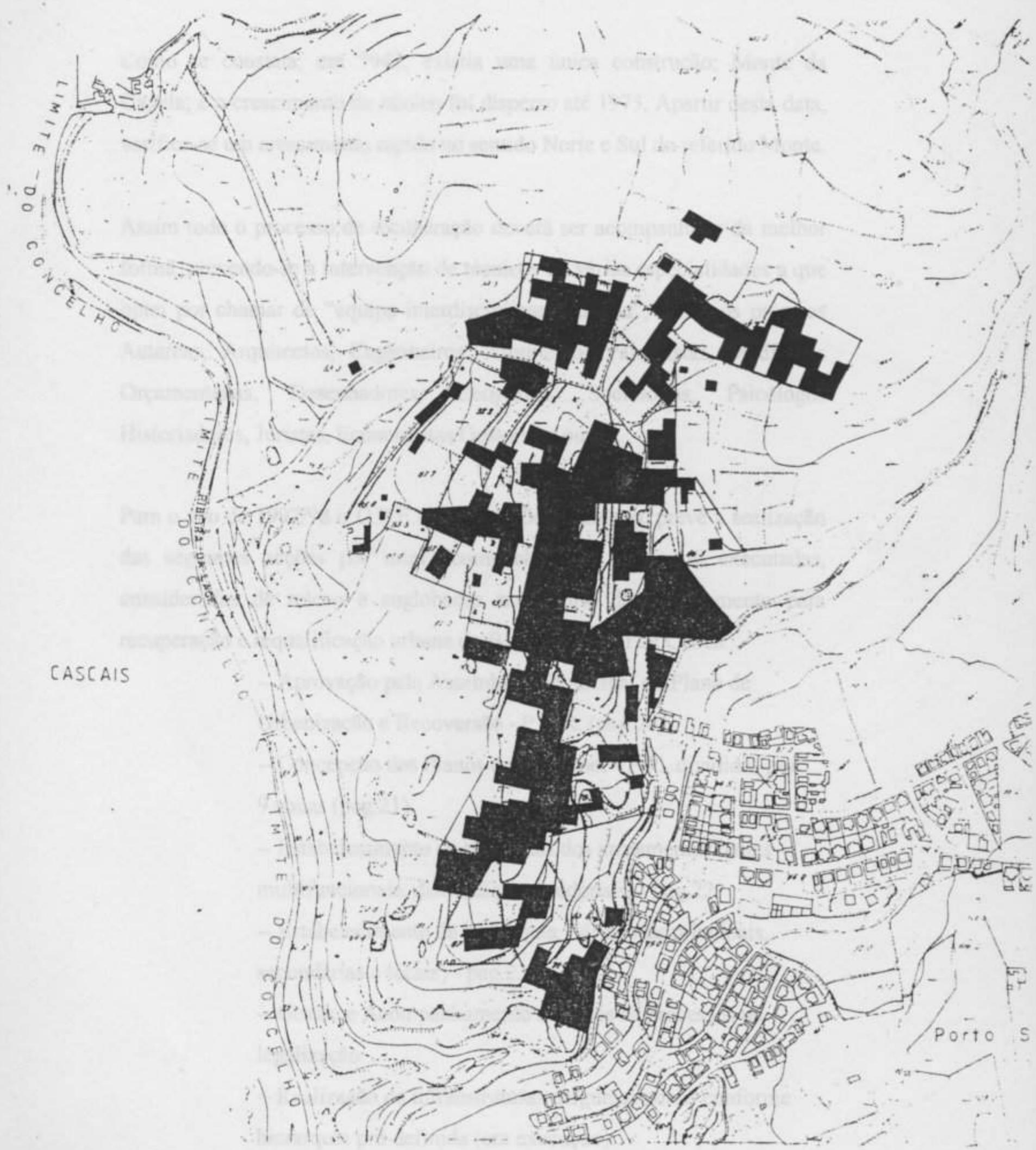
1942



1971



1975



1990

- Construção da Igreja do Casal da Choca (concluída)
- Encargida da sede do Rancho Folclórico (em fase de acabamento)

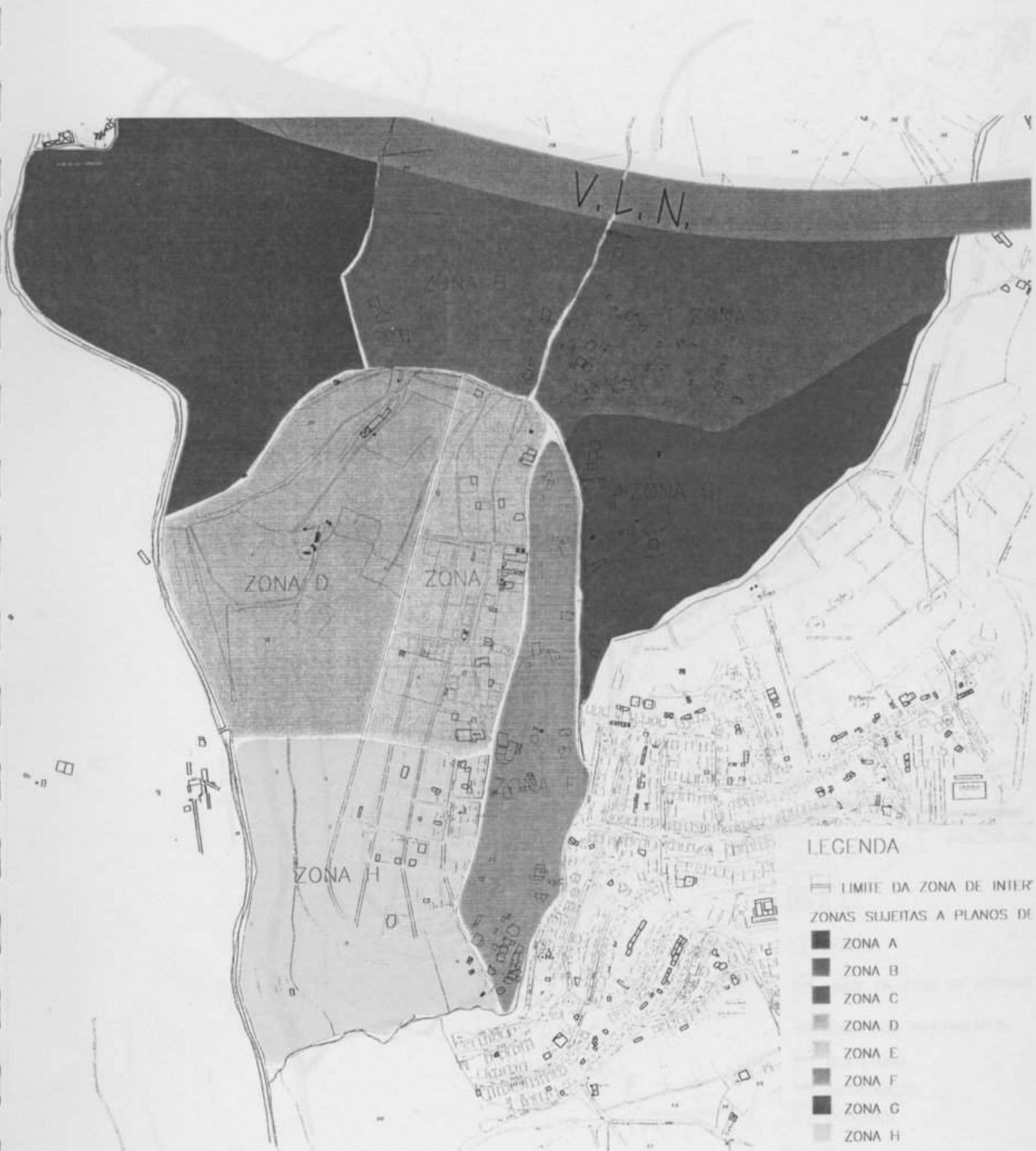
Como se constata, em 1942, existia uma única construção; Monte da Capela; e o crescimento do núcleo foi disperso até 1975. Apartir desta data, verifica-se um crescimento rápido no sentido Norte e Sul do referido Monte.

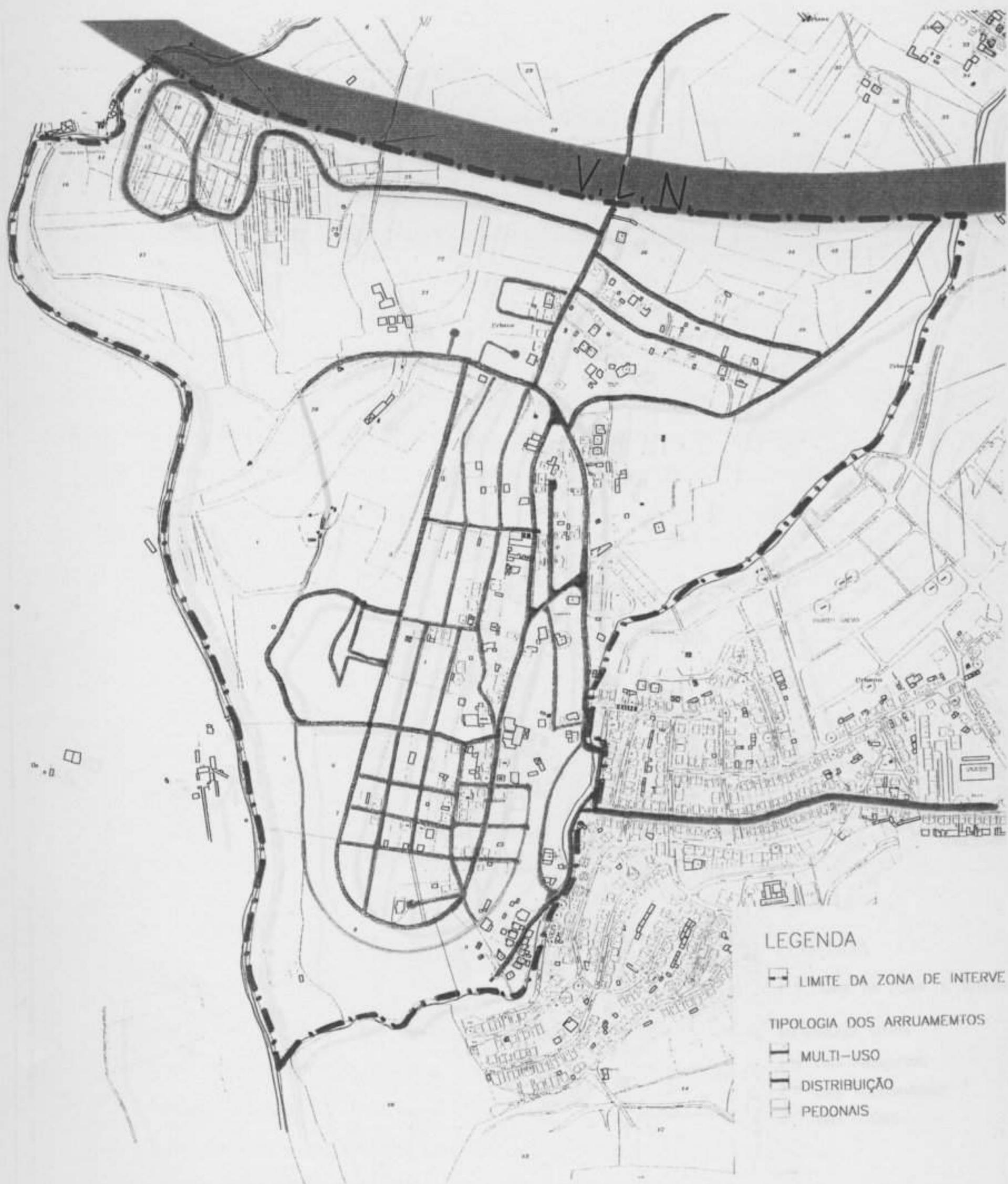
Assim todo o processo de recuperação deverá ser acompanhado da melhor forma, prevendo-se a intervenção de técnicos de várias especialidades a que optei por chamar de “equipe interdisciplinar alargada”, desde os próprios Autarcas, Arquitectos, Engenheiros, Arquitectos Paisagistas, Medidores Orçamentistas, Desenhadores, Geógrafos, Sociólogos, Psicólogos Historiadores, Juristas, Economistas/Gestores e outros.

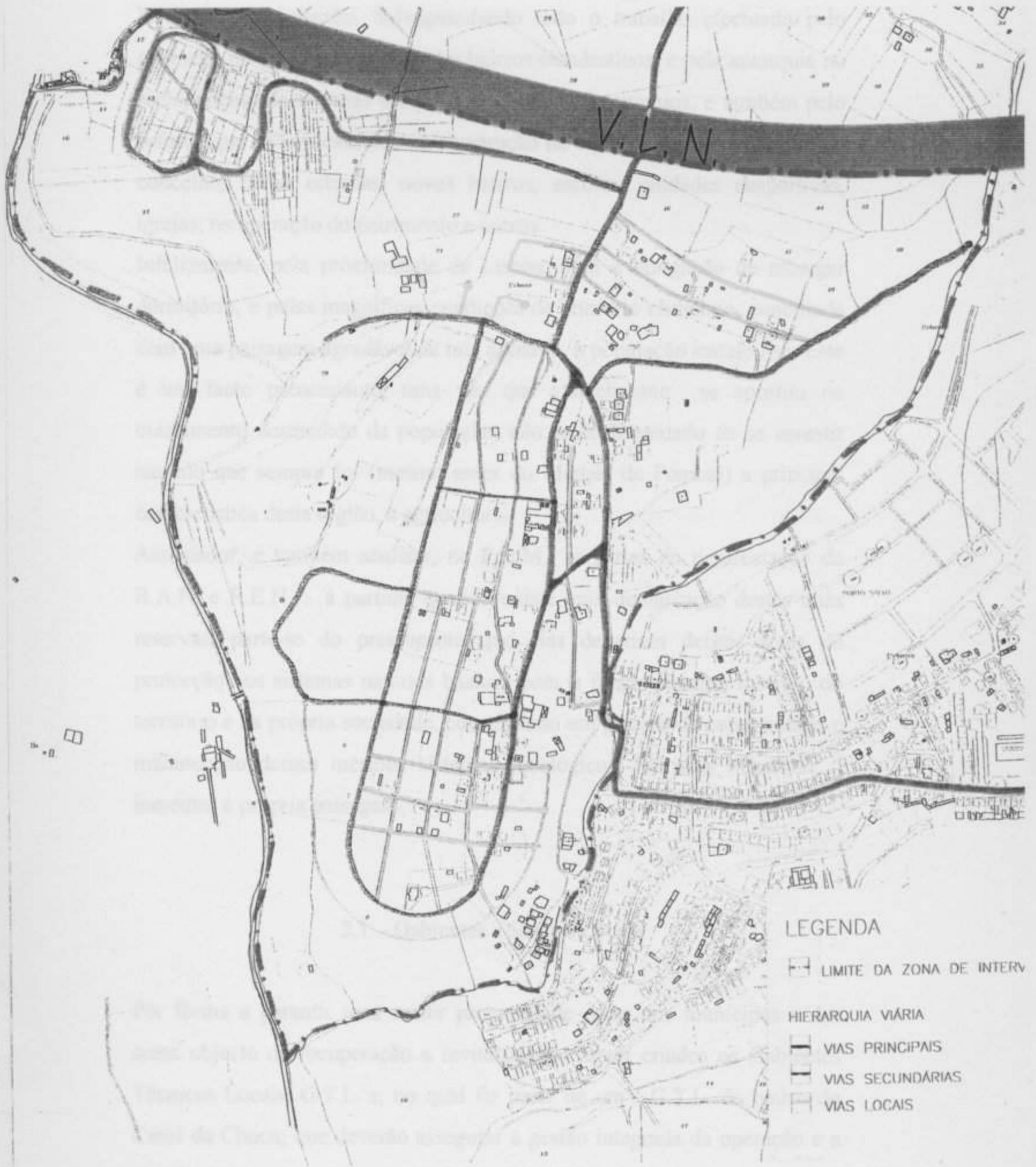
Para o ano de 1997/98 o G.P.E./Sector de Ordenamento, prevê a realização das seguintes acções por mim acompanhadas e em parte executadas, consideradas de relevo e englobadas no âmbito do Ordenamento para recuperação e requalificação urbana do Bairro do Casal da Choca:

- Aprovação pela Assembleia Municipal do Plano de Urbanização e Recoversão - P.U.R. (pag.20).
- Concepção dos Planos de Pormenor - P.P., divididas por 9 zonas (pag.21).
- Estabelecimento de tipologias dos arruamentos- (ruas multifuncionais, distribuição e pedonais) - pag.22.
- Estabelecimento da hierarquia viária (vias principais, secundárias e locais) - pag.23.
- Gestão e Acompanhamento de todos os processos de legalização.
- Realização de infraestruturas nalgumas zonas conforme hierarquia pré-definida (em execução).
- Construção da Igreja do Casal da Choca (concluída).
- Execução da sede do Rancho Folclórico (em fase de acabamento).









Para concluir, relativamente ao Sector de Ordenamento é importante levantar uma reflexão. Salvaguardando todo o trabalho efectuado pelo gabinete, no reordenamento destes bairros clandestinos, e pela autarquia no realojamento de famílias em precária condição económica, e também pelo esforço que se tem exercido na construção de equipamentos básicos para o concelho, como estradas, novos bairros, escolas, unidades desportivas, igrejas, recuperação do património e outros.

Infelizmente, pela proximidade de Lisboa, com a obrigação de albergar dormitório, e pelas magníficas condições de conforto climático, conciliada com uma paisagem agradável de raiz agrícola, a população instalou-se. Este é um facto preocupante, uma vez que visivelmente se apostou no crescimento desmedido da população, não tendo o cuidado de se investir naquilo que sempre foi (mesmo antes do Marquês de Pombal) a principal característica desta região, a agricultura.

Assustador, é também analisar, no P.D.M., as cartas de desafecção da R.A.N. e R.E.N. ...à partida, quando existe uma demarcação destas duas reservas, parte-se do pressuposto que elas deveriam definir áreas de protecção aos sistemas naturais básicos para o funcionamento mínimo do território e da própria sociedade, constituindo um garante da continuidade e manutenção desses mesmos sistemas (ecológicos, hidricos, humanos...) inerentes à própria paisagem.

2.1. - Gabinetes Técnicos Locais

Por forma a garantir uma maior proximidade junto dos munícipes e das áreas objecto de recuperação e revitalização, foram criados os Gabinetes Técnicos Locais, G.T.L.'s; no qual fiz parte de um - G.T.L. do bairro do Casal da Choca; que deverão assegurar a gestão integrada da operação e a coordenação com as outras unidades orgânicas do município.

Os G.T.L.'s, estando localizados em áreas sensíveis, do ponto de vista social e urbanístico, que são os centros históricos e os bairros clandestinos, assumem uma importância estratégica fundamental para a transposição no terreno das políticas definidas pela Câmara.

Aqui, os técnicos especializados nas áreas de arquitectura, fazem um acompanhamento personalizado na tentativa de uma possível resolução dos problemas dos municípios, sempre que estes sejam relativos a questões ligadas com o urbanismo, concretamente no que diz respeito à aprovação de obras de conservação ou restauro e licenciamento de novos projectos de construção.

A Actuação dos G.T.L.'s funde-se um pouco nos objectivos dos Sectores dos Centros Históricos e de Ordenamento. Enquanto que os Sectores estabelecem políticas de intervenção e definem planos para estas áreas sensíveis, os G.T.L.'s criam as condições para aplicação dos planos preconizados, ao nível da população.

Capítulo 3 - A Acção do Arquitecto num Gabinete de Projecto

3.1. - Existência de um Gabinete de Projecto numa Autarquia

Existe alguma polémica relativamente à existência de um Gabinete de Projecto numa Autarquia.

As Câmaras Municipais, juntamente com as Juntas de Freguesia, estabelecem de uma forma mais directa o contacto com os Municípios, resolvendo-lhes os problemas, estruturando o espaço, encontrando soluções para a aplicação na prática dos melhores ou possíveis modelos sociais e urbanísticos, devendo sempre visar o bem estar e o aumento da qualidade de vida do Concelho.

Porque o contacto com a população é o mais directo, as Câmaras Municipais estarão capacitadas para avaliar da melhor forma os problemas e necessidades da comunidade. Este constitui um dos argumentos fundamentais para aqueles que advogam a existência de gabinetes de projectos nas Autarquias, uma vez que os técnicos aí presentes estão nas melhores condições para conseguirem compreender na totalidade as necessidades dos municípios. Por outro lado, por estarem dentro da estrutura da Câmara, e porque os objectivos da Autarquia deverão ser aceites e compreendidos por todos, fazendo parte desta grande equipa de trabalho, poderão agilizar o andamento dos processos para que a resposta aos problemas seja a mais rápida possível.

Resumindo, existem, pois, dois grandes argumentos a favor da implementação destes gabinetes de projecto, que residem no facto dos seus técnicos estarem em melhor posição para compreender, e solucionar, os problemas dos municípios, e porque os processos se geram e desenvolvem sempre na Câmara, as respostas a esses problemas poderão ser mais rápidas. Por outro lado existem opiniões contrárias, defendendo que as acções de planeamento (projeto, urbanismo, ordenamento, estudos gerais) deverão

ser encomendadas no exterior, a equipas especializadas na resolução de problemas concretos.

Existe ainda um argumento a favor desta tomada de posição, que geralmente se assume com “tabu”, e ele é referente à atitude do funcionário público. Este é de facto um argumento quente, mas real. É verdade que certas pessoas se deixam acomodar às posições profissionais que aquirem, principalmente na Função Pública, em que as motivações (monetárias ou de realização profissional) nem sempre são as melhores, transmitindo, assim, uma “natural” inércia às estruturas e mecanismos de funcionamento. De qualquer modo penso não ser esta uma situação generalizada, e atribuo mais facilmente as culpas da inércia existente nas Instituições Públicas, à excessiva burocratização e peso das estruturas, do que à inoperância e incompetência dos funcionários públicos.

No caso da Câmara Municipal de Oeiras os gabinetes de projecto são múltiplos, de acordo com as variadas áreas de acção, sejam elas de ordenamento de território (Gabinete de Desenvolvimento Municipal - P.D.M.), de planeamento urbanístico (Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística), de Projecto (Divisão de Estudos e Projectos).

Paralelamente aparece o Gabinete de Projectos Especiais (G.P.E.) que, tal como o nome indica, apresenta solução de projecto para casos especiais, em que não exista outro gabinete da Câmara vocacionado para tal. Essas situações dizem respeito, como já se referiu, ao ordenamento dos núcleos urbanos de génese ilegal, (bairros clandestinos), à revitalização e recuperação dos Centros Históricos, e à construção de equipamento urbano específico (equipamento escolar, desportivo, de lazer,...).

O G.P.E. por outro lado, é um gabinete independente, que actua directamente sob despacho do Presidente da Câmara, podendo por isso por em prática, de um modo mais rápido e eficiente, a aplicação das políticas e objectivos da Câmara.

A minha opinião pessoal, baseia-se na minha vivência neste gabinete e, por isso, penso que a existência de um gabinete de projecto numa autarquia, está relacionada fundamentalmente com as chefias, tanto a partir da acção do próprio Presidente da Câmara, como do chefe de gabinete, dependendo assim das suas dinâmicas pessoais, quantidade e qualidade do volume de trabalho realizado.

Neste caso particular, e com a isenção que este trabalho merece, penso que o G.P.E. funciona de uma forma positiva, apresentando uma boa capacidade de resposta face aos inúmeros problemas que se apresentam. Contudo, não será este um “Gabinete Modelo”, detendo falhas e defeitos que poderiam ser facilmente colmatados, no sentido de uma melhor eficácia de trabalho. Estes defeitos e falhas são, principalmente, relativos aos meios físicos que dispõe, refiro-me ao equipamento, especialmente o equipamento informático.

3.2. - Acção de um Arquitecto num Gabinete de Projectos Especiais

Especial deverá ser qualquer projecto, e o técnico que o não considere, deveria ser desqualificado dessa posição. Digo isto de uma forma tão convicta porque penso que os Arquitectos, Arquitectos Paisagistas, Urbanistas, Engenheiros, Designers, enfim, todos aqueles que de uma forma activa intervêm em processos de criação e concepção, deverão compreender que, através das suas ideias, irão modificar, por vezes de forma radical, a vida das outras pessoas.

Na abordagem ao projecto, o Arquitecto, ou qualquer outro projectista, deverá ter em conta uma série de pressupostos e condicionantes, que poderão ser relativos a aspectos técnicos, como por exemplo, sensibilidade e conhecimentos estruturais, ou por outro lado poderão estar relacionados

com as características do próprio espaço, mais ou menos íntimas, que o podem individualizar de uma forma muito particular.

Chega-se assim ao “Genius Locis”, ao Génio do Local. Será algo intrínseco a um determinado espaço, sítio ou paisagem, que o individualize, tanto em relação à própria vivência ou ambiente, como aos valores estéticos, ou funcionais, ou quaisquer outros que possam ser vistos nele, no seu conjunto, constituindo uma personalidade própria.

Será pois, a partir de uma análise cuidada do local, tendo em conta todos os possíveis factores de caracterização, que se iniciará o processo de concepção, por forma a garantir a melhor, ou adequada, qualificação do espaço. No entanto o “Génio” do local pode estar adormecido, despersonalizado por características que o ofusquem. Aqui é papel do projectista, a valorização do espaço, potenciando as características positivas e anulando as negativas.

É nesta fase que o cuidado deverá ser extremo, uma vez que ao tentar valorizar certas características em detrimento de outras, poder-se-á incutir alterações profundas no próprio espaço, podendo mesmo acabar por o despersonalizar.

Por outro lado, na concepção de qualquer espaço, o projectista tem que ter sempre presente que o espaço que está a projectar, regra geral, terá que ser vivido, logo terá que ser idealizado para as pessoas que irão usufruir esse local, passando estas a estar irremediavelmente à vontade do projectista.

Este “Poder Divino” aliado ao “Frevor Criativo”, pode vir a deturpar alguns dos pressupostos acima referidos, tornando as intervenções de projecto em “pequenas obras de arte” que tendem a servir, principalmente, o ego dos seus projectistas.

É certo que todos nós, projectistas, possuímos formação artística, nalguns casos bem aprofundada. É certo, também, que quase nenhum de nós pode ser considerado como um artista puro. Nós teremos que servir principalmente aqueles que irão beneficiar das nossas acções, tentando

conjugar uma construção equilibrada, de bom gosto estético com uma funcionalidade exigida do espaço.

É neste esforço de criação que o projectista se deverá rever, com um espírito servil e altruísta, deverá lutar pela preservação e fomento da qualidade espacial, seja ela estética, funcional ou ambiental.

3.2.1. - Coordenação de Projecto e Obra

O Arquitecto, como qualquer técnico de projecto durante a concepção, tem que ter em conta uma série de factores que se podem apresentar extremamente variados e por vezes demasiados específicos.

Desta forma, surge a necessidade de se constituírem equipas interdisciplinares, no sentido de se completar o quadro técnico e/ou científico, para que a intenção de projecto possa ser fisicamente materializada, de uma forma fiel, racional e equilibrada, assumindo assim, a interdisciplinariedade, uma importância primordial na concretização dos planos de projecto.

Se bem que a ideia de concepção geral seja do projectista, a opinião e projecto das chamadas, especialidades (estabilidade, infraestruturas, iluminação, etc...) pode e deve ser encarada como um incremento à qualidade do projecto, pois só desta forma se poderá encarar a execução da ideia com a maior probabilidade de eficácia na sua construção e maior certeza na sua funcionalidade.

Dentro desta filosofia de operação encontra-se a acção do GPE, detendo os préstimos de um quadro técnico completo, envolvendo Arquitectos, Arquitectos Paisagistas, Engenheiros(Civis, Máquinas, Electricidade, etc...), Desenhadores, orçamentistas, Administrativos, entre outros. Consegue-se assim atingir a heterogenicidade suficiente e necessária para a constituição de equipas equilibradas de projecto.

Assim o Arquitecto, poderá assumir a coordenação da equipa de projecto, sempre que o tema de estudo se adapte á sua formação polivalente que o torna, dentro da equipa, muitas vezes o interlocutor previligiado de cada um dos seus membros.

No entanto, como já foi referido, este gabinete funciona com base no espírito de “atelier”, fomentando a discussão em torno de assuntos relacionados com o projecto, alimentando a troca de ideias e principios gerais de concepção entre os vários projectistas, sejam eles Arquitectos, Arquitectos Paisagistas, Engenheiros, Desenhadores, ou outros que participem.

Por outro lado, todo o processo é supervisionado pelo coordenador geral do G.P.E., acompanhando o processo, detectando possíveis falhas e completando o papel do coordenador do projecto na marcação e controle dos prazos e agilizando o andamento dos processos de acordo com os objectivos e planos estratégicos da Autarquia.

No caso concreto do G.P.E., a chefia do gabinete é exercida por um Arquitecto. Dada a natureza das acções praticadas pelo G.P.E., penso ser fundamental que o seu coordenador seja alguém que possua uma formação forte na área do projecto, que tenha uma sensibilidade especial e um sentido crítico construtivo bem desenvolvido, de maneira que a sua acção possa ser conciliadora, coerente, decidida, decisiva e respeitada.

Tudo isto se aplica ao planeamento e projecto, podendo estabelecer-se a correspondência para a sua construção e acompanhamento em obra. No entanto, para o acompanhamento da obra, existem certos factores que assumem maior importância e utilidade do que na fase do projecto. Aqui importa, de forma decisiva, a experiência vivida e o relacionamento humano.

Como é sabido “na prática a teoria é diferente”, ou seja, por vezes o mais detalhado e consciente projecto tem a necessidade de sofrer alterações durante a sua construção. Aí a experiência pessoal é fundamental, no

acompanhamento da obra, para que se possa dar uma resposta rápida e eficaz, ao construtor, assumindo o papel de coordenação e supervisão de obra, de uma forma consciente e respeitada, transmitindo a confiança necessária para que a obra possa decorrer de acordo com os objectivos do projectista.

Desta forma, nesta minha outra fase de formação (profissional), tenho-me vindo a aconselhar, recebendo valiosos conhecimentos, com pessoas directamente relacionadas com obra, sejam eles os técnicos do projecto, ou mesmo os próprios executantes das obras, desde os pedreiros, aos jardineiros, carpinteiros, etc., constituindo um fundamento prático essencial á formação de qualquer projectista consciente.

Concluindo, para a coordenação de projecto e obra é necessário a abertura de espírito suficiente para receber sugestões e abrir a discussão de certos problemas com outros técnicos, no entanto, sempre com a atitude de cooperação crítica, responsável, transmitindo segurança, mostrando capacidade de orientação e certeza nas acções.

3.2.2. - Parecer Técnico e Acção Didáctica/Pedagógica

A formação académica e, posteriormente, a sensibilidade e formação pessoal do Arquitecto, assumem, de facto, características específicas, possibilitando-nos obter um posicionamento diferente e especial, não só na abordagem de assuntos ou temas concretos de trabalho, como também nas experiências de uma vivência diária.

Com isto quero dizer que os Arquitectos estão mais despertos para determinados assuntos do que outros técnicos que, naturalmente, serão mais sensíveis a outro tipo de problemas.

Contudo dentro do quadro técnico, o Arquitecto assume-se como um generalista, indo encontrar, por isso, uma certa sobreposição de interesses com outras formações académicas ou técnicas, dispersando-se num leque

muito variado de áreas de intervenção que passam pela: Ecologia, Engenharia, Sociologia, Arqueologia, Geologia, Geografia, etc.

Desta forma julgo ser natural que, dentro da acção de qualquer técnico com intervenção nas áreas referidas, o Arquitecto possa ter uma palavra a dizer, no sentido do alargamento de horizontes e abertura de novas perspectivas, para a discussão de assuntos e para a resolução de problemas, uma vez que detém, por formação, uma visão global das situações. É neste contexto que se inserem os pareceres técnicos de Arquitectura.

No caso concreto da minha experiência no G.P.E., estes pareceres têm sido, regra geral, informais, resumindo-se a discussões interdisciplinares no acompanhamento de alguns projectos ou acções nomeadamente no sector de ordenamento (capítulo 2).

É nestas discussões informais que a acção didáctica do Arquitecto se deverá exercer de uma forma esclarecedora e convincente, utilizando uma pedagogia que se deverá constituir como própria da sua área técnica, focando especialmente determinados aspectos relacionados com a formação e posicionamento desta classe.

É esta visão globalizante que o Arquitecto deverá transmitir, através de uma acção pedagógica, aos decisores políticos e outros técnicos de projecto e planeamento, contribuindo assim para uma maior consciencialização da importância dos valores naturais do território.

3.3. - Acção de um Arquitecto numa Autarquia

Se acima se focou a abordagem ao projecto, por parte de um projectista, Arquitecto ou não, aqui pretende-se falar da atitude face á autarquia propriamente dita, relativamente a aspectos de carácter pessoal, profissional e humano. Na universidade, por parte dos estudantes de um modo geral, o trabalho na função pública (leia-se Câmaras Municipais), é visto como

sendo uma última hipótese alternativa á falta de emprego, valorizando-se principalmente o trabalho nos gabinetes de projecto (ateliers).

A imagem que se tem do trabalho nas câmaras, é a de um trabalho burocrático, maçador, lento, sem futuro, sem criatividade, sem ambição, em vez de um trabalho.

Este cenário de trabalho alienado e desmotivador, no meu caso não se aplica de forma alguma. Não direi que a dinâmica do trabalho na Câmara é igual ao de um atelier, isso é impensável, tanto mais que o trabalho de atelier nem sempre permite um planeamento a logo prazo, obrigando por isso a grandes estiradas para as entregas finais, imprimindo assim uma velocidade e dinâmica de funcionamento muito próprias.

Na Câmara, pelo seu lado, as acções são planeadas, para inclusão em planos de actividades, pelo menos com um ano de antecedência, permitindo um faseamento mais ordenado e uma programação de projecto relativamente organizada.

Por outro lado, o espírito de atelier, que por vezes se pertende atingir nas Universidades nas cadeiras de Projecto, é difícil de conseguir nos gabinetes de uma Câmara Municipal.

De facto o G.P.E. não se revê em nenhuma das definições e imagens negativas acima referidas, mais uma vez, digo isto com o máximo de imparcialidade e com a isenção que este trabalho obriga. Apesar da sua dimensão, o Gabinete consegue manter uma forte dinâmica de projecto, favorecendo-se o diálogo e a discussão interdisciplinar, características do atelier. Esta atitude, no entanto, é reflexo da própria atitude dos técnicos envolvidos no G.P.E., que mantêm e imprimem essa mesma dinâmica.

De qualquer forma, o mais forte do que o que foi dito é o papel social fundamental que uma Autarquia exerce. Este papel deveria assumir-se como argumento suficiente e ser encarado como principal motivador para o trabalho nas Câmaras Municipais.

Quando, a título particular, se desenvolve determinado projecto, como por exemplo uma urbanização, uma moradia, etc., o projectista pensa na funcionalidade do espaço, na sua qualidade e no seu lucro, no sentido de satisfazer alguns que terão a possibilidade de pagar para usufruir dessas “regalias” então planeadas.

Em trabalhos da Autarquia, quando, por exemplo, se planeia o ordenamento de um bairro clandestino, sem condições mínimas de habitabilidade, prevendo melhorias de condições significativas, dinamizando socialmente o espaço, apetrechando-o com equipamentos urbanos de lazer, desporto e recreio, já para não falar do saneamento básico, está-se a servir directamente os mais carenciados, colmatando lacunas nos extractos sociais existentes, aumentando a qualidade de vida dos munícipes.

Isto pode ser considerado demagógico. Por vezes na política estas questões são exploradas com a demagogia própria do eleitoralismo. Mas o papel do técnico (projectista), não deve ser perturbado com essas questões não se importando se está a ser utilizado ou manobrado de acordo com os calendários eleitorais, desde que aquilo que projecta seja de facto construído, e sirva de forma capaz os munícipes.

Esta atitude deverá contribuir para uma perfeita realização pessoal, mesmo que só um em cinco dos seus planos vá adiante, sabe que pelo menos alguém irá melhorar as suas condições de vida, devendo-se esforçar-se sempre para uma boa aplicação do seu trabalho.

Concretamente, um Arquitecto, para além destes valores, que considero primordiais, deverá ter algumas outras preocupações relativamente ao seu papel numa Autarquia. A sua acção pedagógica e esclarecedora, assume então um papel mais importante. O Arquitecto deverá prestar constantemente um contributo para uma adequada sensibilização dos seus colegas, e munícipes de um modo geral, relativamente aos aspectos e questões para as quais estará mais vocacionado, principalmente aqueles que dizem respeito á defesa dos valores patrimoniais, sejam eles urbanísticos,

estéticos, históricos, etc., e das que dizem respeito á própria problemática da actuação do projectista, seus campos de acção, suas qualidades e suas limitações...

Em Medicina, todos os estudantes finalistas, professam o "Juramento Hipocrático", na transição da vida académica para a profissional, comprometendo-se a seguir um regulamento ético e de conduta profissional que define a doutrina e a classe a que pertencem. Este foi um juramento proferido por Hipócrates no sec. V a.c., mantendo-se actual nos conceitos e nas regras deontológicas. Para mim, os regulamentos mais importantes que os médicos juram cumprir, definem uma atitude e uma nobreza de carácter que definirá o "arquétipo" da classe, podendo referênciar dos muitos: A dedicação da sua vida ao tratamento dos doentes(acima de tudo); O respeito do doente, a sua família e o seu lar; O respeito da "Vida", desde a sua concepção; O tratamento dos colegas como irmãos; A guarda do segredo profissional; etc...

Eu não vou tão longe no compromisso, mas o Arquitecto, quando se forma deverá assumir para si e de uma forma consciente um determinado número de regras de conduta e de comportamento perante a sociedade e a sua classe que lhe deverão ser próprias, e elas passam por aquilo que já foi referido como conduta pedagógica e acção esclarecedora dos valores que regem a nossa actuação.

Capítulo 4 - Breve reflexão Acerca da Formação e Acção Profissional de um Arquitecto

Estas obstáculos relacionam-se à organização do projecto, no que diz respeito às suas peças desenhadas e às suas peças escritas. Começando pela redacção

4.1. - Acção Profissional - Deficiências e Qualidades

Apesar de diversos contactos tidos com ateliers e organismos municipais (câmaras municipais), julguei ter uma boa compreensão, tanto da estrutura e relacionamento interno, como dos mecanismos processuais que temos de acompanhar. No entanto, a vida académica e a universidade, nunca conseguem transmitir uma imagem completamente real do mundo profissional, a começar pelo grau de responsabilidade que nos é exigido e pelo qual somos avaliados qualitativamente, todos os dias.

Aqui, surge um determinado número de questões que se prendem com: a realidade da actividade profissional do Arquitecto; a aplicação do projecto em obra; o relacionamento com técnicos de outras áreas profissionais; questões de ordem ética e deontológica... Desta forma, penso ser importante existir na Universidade uma preparação prévia, mesmo que seja superficial, mas que aborde este tipo de problemas, que sejam discutidos os assuntos de ética profissional, da aplicação prática dos conhecimentos através de exercícios reais (ou realistas) relacionados com obra, coordenação de equipa, capacidade pedagógica, etc.

No fundo, o que proponho baseia-se no exercício e no ensino dos aspectos que definem a actividade do Arquitecto, nomeadamente a sua atitude e formação generalistas, que lhe permite uma visão alargada e globalizante das questões, enfim, debater na Universidade as questões que possam estabelecer a ponte entre a vivência académica e a realidade profissional.

Para além dos problemas inerentes á própria actividade profissional, respeitantes ao relacionamento humano, á burocracia, às orgânicas internas

dos organismos, etc., deparei com alguns obstáculos concretos relativos ao desenvolvimento de projecto, propriamente dito.

Estes obstáculos referem-se à organização de projecto, no que diz respeito às suas peças desenhadas e às suas peças escritas. Começando pela redacção de uma Memória Descritiva de Projecto de Execução, que deverá ser muito mais detalhada, referindo todas as propostas de projecto de acordo com as suas componentes temáticas; passando pela redacção e organização de um Caderno de Encargos explicativo dos procedimentos em obra, prevendo a fiabilidade dos materiais e a sua posterior aplicação; seguindo para o cálculo das Medições e Orçamento, transmitindo uma ideia dos custos da obra (instrumento indispensável para o cálculo dos honorários de projecto); para não falar da organização das várias fases de projecto, desde os Programas Preliminares até aos Projectos de Execução, etc.

Desta forma os planos de ordenamento são utilizados para remediar as situações existentes, encaminhando-as no melhor (possível) sentido, de acordo com as necessidades, direitos e exigências de cada cidadão em particular, tendo uma acção mais directa na estrutura e organização da malha urbana, deixando por resolver algumas questões relacionadas com a paisagem, num sentido mais alargado. Muitas vezes os princípios fundamentais de organização do espaço e a salvaguarda dos recursos e espaços de protecção naturais, não são já possíveis de aplicar, corrompendo por isso as teorias, por vezes ingénuas, do ordenamento.

Quando faço estes reparos não pretendo, pura e simplesmente, recriminar. Muitas vezes estes planos são a única opção a tomar, mesmo quando são utilizados exclusivamente para remendar parcelas de território, pois essa assume-se como o único instrumento capaz de travar a desordem e orientar o desenvolvimento no sentido positivo. Desta forma a situação destes planos surge como um problema de difícil resolução. Desenquadrado dos conceitos académicos e logo dos nossos pressupostos teóricos, é necessária uma ginástica muito especial, implicando soluções sociais e políticas, que muitas

vezes podem não estar de acordo com os métodos mais acertados de planeamento territorial.

Esta característica de grande generalista, facilmente o qualifica para uma posição de moderador e interlocutor, entre as várias formações profissionais, estejam elas relacionadas com a Engenharia, a Sociologia, a História, etc., assumindo assim um papel fundamental na coordenação dos Planos de Ordenamento do Território e no aconselhamento do sector político da administração.

Será a partir destas características e de muitas outras que ainda não tenha conseguido atingir, que se define a acção profissional do Arquitecto, nas suas qualidades e defeitos, concluindo pelo reconhecimento que os defeitos são efémeros e voláteis com o tempo, enquanto que as qualidades se assumem como sendo determinantes no meio profissional do projecto, planeamento e mesmo administração política.

Cada vez mais ganho consciência do potencial que a formação em Arquitectura pode encerrar, através da sua acção técnica, ecológica, diplomática, didáctica, pedagógica, social e humana no meio profissional e na sociedade.

- Na concepção de projecto, é fundamental a análise das pré-existências passadas e presentes, por forma a se conseguir o adequado planeamento futuro.

- O Arquitecto, ou qualquer outro projectista, tem que exercer a sua acção sempre com o objectivo de servir da melhor forma aqueles que irão usufruir o espaço então projectado, nunca pondo em causa as qualidades estéticas e funcionais da sua proposta.

- Na acção de projecto, existe obrigatoriamente uma relação de equilíbrio entre a forma (estética) e a função (utilização). Este equilíbrio é regulado especialmente para cada caso particular, de acordo com os objectivos gerais do programa de projecto, estabelecendo-se assim uma

dinâmica em **Conclusão** *plástica (técnica, artístico...) da intervenção com*
o seu domínio funcional.

Em acção de planeamento ou ordenamento do território e

Podem agora tirar-se as conclusões ou ideias que marcam este trabalho e que possam expressar a minha posição relativa aos assuntos abordados. Desta forma penso ser importante enunciar algumas destas conclusões, sob a forma de tópicos, que constituem em si a essência do conteúdo do trabalho:

- Os Gabinetes de Projecto numa Autarquia dependem da vontade e dinâmica das chefias. Em termos práticos o seu bom funcionamento justifica a sua existência.

- Em equipas de projecto, a interligação das várias especialidades deverá ser íntima, reconhecendo o valor de cada uma e o seu especial contributo para a executabilidade das opções tomadas ou a tomar. O projecto é da equipa, podendo a ideia ser do projectista principal.

- O Arquitecto deverá assumir-se como o coordenador das equipas de projecto ou de planeamento sempre que as áreas a tratar detenham aspectos relacionados com o espaço arquitectónico.

- Na concepção de projecto, é fundamental a análise das pré-existências passadas e presentes, por forma a se conseguir o adequado planeamento futuro.

- O Arquitecto, ou qualquer outro projectista, tem que exercer a sua acção sempre com o objectivo de servir da melhor forma aqueles que irão usufrir o espaço então projectado, nunca pondo em causa as qualidades estéticas e funcionais da sua proposta.

- Na acção de projecto, existe obrigatoriamente uma relação de equilíbrio entre a forma (estética) e a função (utilização). Este equilíbrio é regulado especialmente para cada caso particular, de acordo com os objectivos gerais do programa de projecto, estabelecendo-se assim uma

dinâmica entre o domínio plástico (cénico, artístico...) da intervenção com o seu domínio funcional.

- Em acções de planeamento ou ordenamento do território o Arquitecto, pelas características que fazem dele um generalista, possui a formação mais adequada para a coordenação das equipas de trabalho.

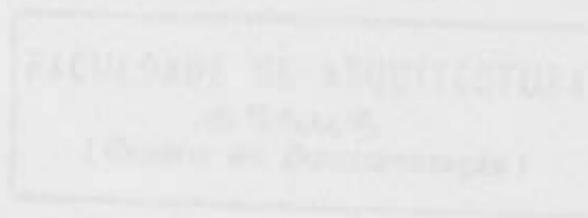
- Os conceitos académicos de planeamento territorial, quase não são aplicáveis à realidade, havendo a necessidade de subverter alguns desses conceitos de modo a conseguir o "mínimo" de ordenamento. Prevalecem sempre os aspectos políticos e sociais, relegando para segundo plano os aspectos relacionados com o território.

Critica Final

A elaboração de um trabalho mais completo deste tipo só seria possível com a aquisição de alguma experiência e amadurecimento profissional, não se limitando aos prazos fixos neste estágio.

Pessoalmente reconheço a importância do cumprimento de um estágio curricular, assumindo-se como a ponte entre a universidade e a actividade profissional.

Por fim, encerro este trabalho na expectativa de ver terminada a minha licenciatura e na esperança de que o presente possa contribuir de alguma forma para a melhor consciencialização do importante papel do Arquitecto na sociedade, estimulando a discussão saudável, tendo por objectivo a qualificação do espirito de classe e de corpo, na universidade e no meio profissional da Arquitectura.



Agradecimentos

Em primeiro lugar devo agradecer à Câmara Municipal de Oeiras, pela possibilidade que me deu para efectuar o estágio, permitindo-me uma adequada inserção no meio profissional.

Devo agradecimentos especiais ao Arq.º Pedro Carrilho, Chefe do Gabinete de Projectos Especiais, que coordenou as minhas acções e sempre soube, em momentos de maior inexperiência minha, apresentar um espirito de franca pedagogia.

Agradeço também a todos os colegas da faculdade e em especial à Marta, que tantas vezes partilharam a angústia da prolongada expectativa, participando com as suas opiniões e críticas.

Devo aradecimentos a todos os colegas de trabalho do G.P.E., desde Arquitectos, Engenheiros, Desenhadores, Administrativos etc., que com compreensão, me foram ajudando na execução dos trabalhos realizados, através de um relacionamento profissional saudável, suscitando constantemente a discussão, com um adequado sentido de entreaajuda.

